

## Resumo da Revisão Ambiental e Social (ESRS) Natura SLB (15124-01) – Brasil

**Idioma original do documento:** inglês  
**Data de emissão:** junho de 2024

### 1. Informações gerais do projeto e visão geral da abrangência da revisão do BID Invest

A Natura Cosméticos (o “Cliente”, a “Empresa” ou “Natura”) é uma empresa brasileira de cosméticos e cuidados pessoais que pertence à Natura & Co (a “Holding”), a maior fabricante de produtos de beleza e cuidados pessoais da América Latina, voltada para o desenvolvimento e a fabricação de cosméticos, fragrâncias e produtos de higiene pessoal. A Empresa está solicitando fundos para liberar um título vinculado à sustentabilidade (SLB, do inglês *sustainability linked bond*), cujos recursos serão usados para: i) desenvolver e obter novos bioingredientes do bioma amazônico e de investimentos em pesquisa & desenvolvimento (P&D); ii) melhorar a unidade de produção e distribuição da Natura em Cajamar, no estado de São Paulo, com destaque para uma nova área de processamento de mil metros quadrados dentro da área de cobertura da unidade; e iii) adquirir equipamentos (por exemplo, ferramentas e moldes especializados para atualizações da linha de produtos) (em conjunto, o “Projeto”).

O Projeto foi concebido no âmbito do Programa de Mercados de Capitais de Dívida (12103-01 ou DCM) aprovado em 2017 pelo BID Invest, que busca apoiar os emissores do setor privado<sup>1</sup> no acesso a financiamento de mercados de capitais de dívida por meio de: i) garantias parciais de crédito e ii) títulos de dívida.<sup>2</sup>

Na Devida Diligência Ambiental e Social do Projeto, examinou-se documentação da Natura abrangendo: i) a estratégia de sustentabilidade, ii) aspectos ambientais e de saúde e segurança no trabalho; iii) políticas de recursos humanos; iv) manual de procedimentos e protocolos ambientais e sociais, contendo planos de preparação e resposta a emergências, e procedimentos de gestão de água, energia, resíduos e materiais perigosos; v) código de ética e código de conduta; vi) sistema de tratamento de queixas e reclamações dos trabalhadores, vii) indicadores-chave de desempenho (KPIs) de saúde e segurança no trabalho; viii) manuais de boas práticas de operações de fabricação e logística; e viii) licenças e autorizações ambientais, incluídos os termos e condições para a captação e descarte de água, gestão de resíduos e protocolos de gestão da cadeia de suprimentos.

---

<sup>1</sup> Entre os emissores do setor privado figuram empresas, intermediários financeiros, sociedades de propósito específico e qualquer outra entidade qualificada para receber financiamento nos termos das políticas do Grupo BID.

<sup>2</sup> Títulos de dívida são instrumentos de dívida emitidos por empresas, instituições financeiras, entidades subnacionais, abrangendo, entre outros, títulos, notas, debêntures, certificados e papéis comerciais negociados nos mercados de capitais.

## **2. Categorização ambiental e social e fundamentação**

De acordo com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, o Projeto foi classificado na Categoria B, pois pode gerar impactos e riscos relacionados a: i) rastreabilidade e eficácia da implementação dos requisitos ambientais e sociais subjacentes às políticas de compra das cadeias de suprimentos da Natura, incluída a certificação de commodities de alto risco; ii) questões trabalhistas e de saúde e segurança no trabalho relativas aos trabalhadores nas linhas de produção e logística; iii) eficiência de recursos e prevenção e controle da poluição, abrangendo emissões atmosféricas de fontes pontuais, qualidade do ar ambiente, odor, ruído, águas residuais e gestão de resíduos sólidos e perigosos; iv) saúde e segurança da comunidade, incluídos os riscos de segurança no trânsito devido ao transporte de trabalhadores e produtos manufaturados; e v) envolvimento das partes interessadas e violência de gênero. Estima-se que esses impactos e riscos sejam de intensidade média e média-alta, estejam limitados ao local do Projeto e possam ser mitigados por medidas de gestão prontamente disponíveis que podem ser implementadas de forma viável no contexto da transação proposta.

Os Padrões de Desempenho (“PD”) acionados pelo Projeto são: i) PD1: Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais; ii) PD2: Condições de emprego e trabalho; iii) PD3: Eficiência de recursos e prevenção da poluição; iv) PD4: Saúde e segurança da comunidade; e v) PD6: Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos.

## **3. Contexto ambiental e social**

### **3.1 Características gerais do local do projeto**

No Brasil, a Empresa tem: i) duas fábricas, uma em Cajamar, estado de São Paulo, e outra em Benevides, estado do Pará; ii) dois centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), um em São Paulo e outro em Manaus; iii) 11 centros de distribuição espalhados pelo país; iv) 90 lojas próprias e v) 446 lojas franqueadas.<sup>3</sup> A fábrica da Natura na cidade de Cajamar, São Paulo, está localizada em uma zona industrial e é cercada por outras instalações industriais e áreas com alguma cobertura vegetal. A área residencial mais próxima está localizada a aproximadamente 450 metros. O acesso ao local é feito por uma moderna estrada de pista dupla (Rodovia Anhanguera, SP-330).

### **3.2 Riscos contextuais**

Os riscos contextuais pertinentes à infraestrutura do Projeto (Fábrica de Cajamar) são: i) a possibilidade de bloqueio do acesso ao complexo industrial durante greves do setor de transporte e ii) impactos da mudança climática, sobretudo os ligados a ondas de calor e eventos climáticos extremos.

A avaliação da materialidade dos riscos e impactos realizada pela Holding identificou riscos relacionados à ação climática cruciais para todas as partes interessadas e marcas. A exposição ao risco físico abrange eventos climáticos e temperaturas extremas. A avaliação também identificou

---

<sup>3</sup> As lojas franqueadas são chamadas “Aqui tem Natura”. Dados de 2020.

alguns riscos ambientais associados à cadeia de suprimentos, matérias-primas e biodiversidade. A exposição da Natura a riscos de transição abrange as preferências e o comportamento do consumidor, a regulamentação, o governo e a colaboração, a reputação e as expectativas das partes interessadas.

O Cliente definiu uma estratégia para atender às necessidades ligadas à ação climática, como: i) alcançar emissões líquidas zero, alinhando-se aos critérios de 1,5°C da iniciativa Metas Baseadas na Ciência (SBTi, do inglês Science Based Targets Initiative), e ii) definir metas baseadas na ciência para as emissões dos escopos 1, 2 e 3 para o curto prazo. O caminho passa por se tornar zero líquido até 2050 e reduzir as emissões absolutas em 42% até 2030, em linha com o cenário de 1,5°C aprovado pela SBTi.

Para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), o Cliente se compromete a: i) promover a regeneração da natureza, combatendo o desmatamento e a perda de biodiversidade; ii) estimular a regeneração social por meio da defesa dos direitos humanos e do combate à desigualdade social; iii) abordar a circularidade e a sustentabilidade na concepção dos produtos, promover o fornecimento sustentável, gerir os recursos hídricos, reduzir o uso de plástico descartável e impulsionar a inovação; e iv) melhorar a distribuição de valor ao promover a diversidade e a inclusão, priorizando a saúde e o bem-estar dos empregados.

#### **4. Riscos e impactos ambientais e medidas de mitigação e compensação propostas**

##### **4.1 Avaliação e gestão dos riscos e impactos ambientais e sociais**

###### **4.1.a Sistema de avaliação e gestão ambiental e social**

A Empresa segue a regulamentação nacional de licenciamento ambiental. Foram obtidas licenças ambientais válidas para algumas instalações, que abrangem as operações existentes, projetos de expansão, estações de tratamento de águas residuais, compostagem e abstração de água.

A Holding tem 48% de suas instalações certificadas pela norma ISO 14001 sobre sistemas de gestão ambiental, entre elas, a unidade industrial de Cajamar. Todas as unidades de produção têm seu próprio sistema de gestão ambiental, embora algumas ainda não tenham sido certificadas.

###### **4.1.b Política**

A Natura atualizou sua Estratégia de Sustentabilidade em 2023 (Compromisso com a Vida – C2L).<sup>4</sup> Essa estratégia está estruturada em três pilares: i) meio ambiente, biodiversidade e transição climática; ii) direitos humanos, diversidade e inclusão; e iii) regeneração e circularidade. Foi definido um roteiro de sustentabilidade, com metas e indicadores chave de desempenho (KPIs – pela sigla em inglês - relacionados ao consumo de energia e de água, eficiência e produção de resíduos e águas

---

<sup>4</sup> Em 2020, a Natura, como parte do grupo Natura &Co, se comprometeu com a Visão 2030, também conhecida como “Compromisso com a Vida”, que abrange uma série de compromissos e ações, em um período de 10 anos, para abordar algumas das questões mais urgentes do mundo: i) enfrentar a crise climática e proteger a Amazônia, ii) garantir igualdade e inclusão e iii) mudar nossos negócios para circularidade e regeneração.

residuais). A Natura tem uma política ambiental e de saúde e segurança no trabalho que define seu compromisso com: i) a redução do uso de recursos naturais; ii) a observância dos requisitos legais e regulatórios do Brasil; iii) a definição do monitoramento anual de metas ambientais; iv) o desenvolvimento de programas de gestão ambiental e social específicos para cada local e v) a proteção dos trabalhadores, das instalações e do meio ambiente.

#### 4.1.c Identificação de riscos e impactos

A unidade de Cajamar está localizada no estado de São Paulo, em uma zona designada para atividades industriais. A planta industrial atende a todos os requisitos ambientais e sociais pertinentes previstos na legislação e regulamentação brasileiras. Os termos e condições das licenças ambientais (necessárias para garantir a captação de água) e as autorizações de descarte concedidas pelas autoridades locais, como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), foram obtidos e serão atualizados de acordo com a expansão proposta. A conformidade regulatória é feita por meio de inspeções anuais feitas por essas autoridades.

A Empresa tem uma matriz de avaliação de riscos e mantém uma estrutura de gestão de riscos para identificar e avaliar possíveis riscos e impactos ambientais e sociais e para integrar a eficiência do consumo de recursos em suas operações de fabricação. Isso abrange uma ampla gama de considerações, como emissões atmosféricas e ruído ambiental, descarte de águas residuais, gestão de resíduos sólidos e perigosos, protocolos de contenção de vazamentos, explosões, incidentes de incêndio e consumo de recursos como água potável, eletricidade, substâncias químicas, embalagens cartonadas e combustíveis como o gás liquefeito de petróleo (GLP) e o etanol. Os riscos e impactos materiais são devidamente identificados e avaliados por meio de procedimentos documentados sobre questões ambientais e de saúde e segurança no trabalho e são revistos e atualizados periodicamente quando ocorrem mudanças operacionais ou legislativas.

#### 4.1.c.i Impactos e riscos diretos e indiretos

Entre os principais impactos negativos do Projeto figuram: i) a possibilidade de acidentes de trânsito durante o transporte de mercadorias; ii) a poluição do solo ou da água (incluindo os lençóis freáticos) por resíduos sólidos ou efluentes industriais; iv) a geração de ruído durante o trabalho ou as operações; v) a ocorrência de vazamentos acidentais de efluentes ou de produtos perigosos; vi) danos ao pessoal ou à propriedade devido a incêndios e vi) acidentes de trabalho durante as obras de construção ou operações. Os impactos positivos compreendem, entre outros: i) a integração econômica de comunidades vulneráveis, em especial na região amazônica; ii) a proteção da biodiversidade graças à prevenção de mudanças no uso da terra em áreas florestais; iii) o aumento de oportunidades para minorias e vi) a promoção da igualdade de gênero por meio das vendas diretas e das contratações da Empresa.

#### 4.1.c.ii Análise de alternativas

O uso dos recursos será direcionado principalmente para a compra de equipamentos e para as necessidades de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Estão planejadas intervenções físicas na atual

fábrica de Cajamar, dentro da área industrial existente. Por esse motivo, não se avaliaram alternativas ao Projeto.

#### 4.1.c.iii Análise do impacto cumulativo

Embora a legislação ambiental em vigor no Brasil não exija avaliações do impacto cumulativo para esse tipo de projeto, uma rápida análise mostrou que os impactos incrementais gerados por outros projetos na área de influência do Projeto serão mínimos. Portanto, não se faz necessário um plano de mitigação do impacto cumulativo.

#### 4.1.c.iv Riscos relacionados ao gênero

No Brasil, a igualdade de gênero foi consolidada pela Constituição de 1988, que estabelece que homens e mulheres são iguais em seus direitos e obrigações e proíbe diferenças de salário, função e contratação com base no sexo, estado civil, idade e cor. No entanto, ainda existem desafios para alcançar a equidade. Em 2023, o Brasil ficou na 57ª posição em um estudo que mediu a igualdade de gênero em 146 países,<sup>5</sup> o que mostrou que ainda há muito a ser feito para alcançar a igualdade de gênero no País. Um dos principais desafios é o combate à violência contra a mulher, que continua a ser um problema no Brasil: foram registrados 3.999 casos de mulheres assassinadas em 2020 e 3.878 casos em 2021 no País. O feminicídio foi confirmado em 1.354 casos em 2020 e em 1.341 casos em 2021.<sup>6</sup>

Para abordar os riscos de gênero, a Empresa tem uma declaração de direitos humanos que estabelece a igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres. O Código de Conduta da Empresa estabelece o compromisso de tolerância zero com relação à discriminação de gênero, raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, gravidez, estado civil, saúde física ou mental, filiação sindical, afiliação política, idade, aposentadoria, orientação sexual, etnia ou outras características protegidas por lei.

A Natura fez progressos significativos para alcançar a igualdade de gênero em posições de liderança: em 2023, quase 50% de sua equipe de alto escalão era composta por mulheres. A Empresa também está abordando a diferença salarial entre os gêneros. Em sua estratégia de sustentabilidade denominada “Compromisso com a Vida”, a Natura se comprometeu a eliminar essa diferença salarial a partir de 2023.

A Natura trabalha com consultores, em sua maioria mulheres, que vendem seus produtos com base em uma abordagem de “venda direta”. No contexto dessas vendas, em especial em um setor composto predominantemente por mulheres que, de modo geral, estão em contato com estranhos, podem surgir diversos riscos relacionados aos direitos humanos, como questões de segurança, violência e controle coercitivo. Para discutir esses riscos e melhorar seu compromisso com os direitos das mulheres e com os direitos humanos, o Cliente estabeleceu parcerias com consultores externos para fazer uma avaliação abrangente que engloba: i) a comparação, tomando como referência empresas concorrentes, para identificar boas práticas e áreas que necessitam de

---

<sup>5</sup> Índice Global de Diferença de Gênero 2023, do Fórum Econômico Mundial.

<sup>6</sup> Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

melhorias; ii) a avaliação dos controles comerciais atuais e a devida diligência dos mecanismos de segurança e iii) a apresentação de recomendações para fortalecer os esforços de devida diligência voltados para os negócios. Além disso, a Empresa está estabelecendo um quadro sólido para a governança dos direitos humanos no intuito de promover a responsabilização dentro da Holding e melhorar o registro e gestão de dados. Isso envolve a nomeação de patrocinadores e executores nas unidades de negócios para incorporar as considerações dos direitos humanos às funções de negócios, melhorando os recursos para aplicar mudanças significativas e garantir a segurança e o bem-estar de todas as pessoas envolvidas nas operações de venda direta.

A Empresa também está trabalhando para eliminar a violência de gênero. Nesse sentido, por meio de parcerias com organizações como a “Her Respect”, o Cliente está analisando e prevenindo todo tipo de violência de gênero em sua cadeia de suprimentos.

A Natura oferece formação, orientação e intervenções que empoderam as mulheres e protegem seus direitos e sua dignidade.

#### 4.1.c.v Exposição à mudança climática

A Empresa avaliou sua exposição geral à mudança climática e identificou sua vulnerabilidade aos seguintes eventos: i) condições climáticas extremas (inundações, incêndios, tempestades, chuvas torrenciais, ventos e tornados) que possam interromper a continuidade operacional e a produção, gerar danos às instalações e interromper a distribuição e as cadeias de suprimentos logísticos; ii) temperaturas extremas que possam afetar o transporte, o armazenamento ou o uso de alguns produtos e que tenham o potencial de danificar o estoque ou sua funcionalidade; iii) secas que possam gerar impactos humanos negativos. Como um risco associado, constatou também um aumento nos custos de resiliência ao clima nas instalações, basicamente na adoção de medidas de adaptação e no pagamento de prêmios de seguro.

Entre as medidas de gestão adotadas pela Empresa para combater essa situação, destacam-se: i) com base em uma avaliação do risco climático na fábrica do Coparque, em Benevides, Brasil, feita em 2023 para identificar medidas preventivas necessárias para reduzir os riscos associados a temperaturas extremamente altas, a Natura vem implementando ações de adaptação nas fábricas e centros de distribuição, como o aumento do uso de ar condicionado, a ventilação natural e a aplicação de tintas térmicas; ii) embora a Natura não tenha operações diretas em áreas que tenham sido identificadas como expostas a estresse hídrico alto ou muito alto, o Cliente monitora os níveis de água e o potencial de problemas de escassez de água; e iii) em relação ao risco de incêndios, a Natura criou aceiros em torno das principais instalações e implementa atividades de monitoramento técnico e treinamento de brigadas de incêndio.

A avaliação da exposição à mudança climática referente à Fábrica de Cajamar, em São Paulo, revelou uma exposição moderada a ondas de calor, secas e condições climáticas severas. Dada a altitude média da cidade (734 metros acima do nível do mar), o risco de inundações não foi considerado significativo. Portanto, as medidas de gestão da adaptação para a fábrica abrangem ações para controlar os efeitos das ondas de calor, o monitoramento dos recursos hídricos e a preparação para emergências conforme relatado.

Com base em uma análise feita em conformidade com o documento com base na Abordagem de Implementação para o Alinhamento com o Acordo de Paris do Grupo BID, considera-se que a transação proposta está alinhada com o Acordo de Paris.

#### 4.1.d Programas de gestão

A Natura conta com um Sistema de Gestão Integrado e implementou programas de gestão abrangentes e Procedimentos Operacionais Padrão (“POP”) para sua unidade de Cajamar, em conformidade com os requisitos legais e regulatórios brasileiros e em linha com as boas práticas internacionais. Como parte de seu sistema de gestão ambiental e social, a Empresa segue as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho do Brasil e normas internacionais de gestão, como a ISO 9001 (padrão de qualidade) e a ISO 14001 (sistema de gestão ambiental). A Natura também estabeleceu um robusto sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho em suas operações, baseado na ISO 45001 (saúde e segurança). Esse sistema abrange a análise de perigos e riscos, inspeções, planos e treinamento para a resposta a emergências e a gestão de prestadores de serviço. Os planos de gestão ambiental e social (PGAS) obrigatórios também estão em vigor, conforme definido pelos termos e condições das licenças ambientais, e abrangem planos de gestão e monitoramento para o descarte de águas residuais, os resíduos sólidos e perigosos, as emissões atmosféricas e a qualidade do ar ambiente, e a captação de águas superficiais e subterrâneas.

#### 4.1.e Capacidade e competência organizacionais

A Empresa tem um organograma ambiental e de saúde e segurança no trabalho bem estruturado, projetado para incorporar as boas práticas ambientais e sociais em suas operações. O Diretor de Sustentabilidade (CSO), diretamente subordinado ao Diretor Executivo (CEO) e ao Conselho de Administração, zela para que as considerações ambientais e sociais sejam incorporadas à tomada de decisões de alto nível. Sob a orientação do CSO, a Equipe de Sustentabilidade supervisiona iniciativas, políticas e programas, com os Diretores de Sustentabilidade Ambiental e Social administrando a redução do impacto ambiental, a responsabilidade social e o envolvimento da comunidade.

O Diretor de Manufatura, Qualidade, Segurança e Meio Ambiente é responsável pelos aspectos ambientais e de saúde e segurança no trabalho nas seções de manufatura e conta com o apoio de gerentes, coordenadores, analistas e técnicos especializados em qualidade, saúde e segurança no trabalho, gestão de riscos no trabalho, recursos hídricos e águas residuais, e licenciamento ambiental. O gerente de relações com a comunidade, faz parte do departamento de compras, lida com o envolvimento das partes interessadas com os fornecedores da floresta amazônica e administra o sistema de informação geográfica (“SIG”) da Natura. Graças a comitês multifuncionais e grupos de trabalho, em conjunto com sessões regulares de capacitação, os funcionários se mantêm a par das políticas e práticas ambientais e sociais da Empresa.

#### 4.1.f Preparação e resposta a emergências

Em conformidade com a legislação brasileira, a Empresa adotou e implementou planos obrigatórios de resposta a emergências (“PAE” e “PGR”) e uma análise preliminar de riscos (APR) referente à higiene no trabalho. O PAE é atualizado regularmente e apresenta formatos simplificados para

reforçar a gestão de emergências, com destaque para um cronograma estruturado de exercícios de simulação, além de mecanismos de avaliação preventiva. O objetivo principal do PAE é identificar emergências, priorizar a segurança e o bem-estar dos funcionários e das equipes de emergência, e facilitar a disseminação do conhecimento entre as equipes de resposta a emergências. Cada plano delinea as responsabilidades das equipes, descreve os procedimentos de primeiros socorros e determina inspeções de rotina e planos de ação para lidar com emergências à medida que elas surjam.

A unidade de Cajamar tem um plano abrangente de combate a incêndios, que abrange sistemas de monitoramento e vigilância, pontos de observação posicionados estrategicamente, os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários, a designação de pontos críticos, mapas das brigadas de incêndio, mapas de criticidade que descrevem as estruturas e um plano de emergência detalhado que delinea o pessoal e os recursos disponíveis.

#### 4.1.g Monitoramento e análise

Como parte do sistema de gestão integrada da Natura, foi definido um conjunto de KPIs referentes ao meio ambiente e à saúde e segurança no trabalho, contendo: i) a taxa de acidentes com afastamento; ii) as lesões relacionadas ao trabalho; iii) a média de horas de treinamento; iv) o consumo de eletricidade; v) os descartes de etanol, água e águas residuais; vi) os resíduos gerados, os resíduos reciclados e os índices de circularidade; e vii) as emissões de GEE.

Conforme exigido pelos termos e condições das licenças ambientais, a Natura monitora a eficácia da implementação de seus planos de gestão ambiental e social. As diretrizes internas estabelecem critérios de qualidade e quantidade no monitoramento dos aspectos ambientais e de saúde e segurança no trabalho, na investigação de descumprimentos e na formulação de planos de ação preventivos e corretivos no caso de desvios. As inspeções programadas feitas pela equipe de meio ambiente, saúde e segurança no trabalho da Natura em todas as operações de fabricação da Empresa são informadas à alta direção para análise. Existem mecanismos de melhoria contínua, abrangendo áreas como a prevenção de lesões com afastamento e problemas de saúde relacionados ao trabalho, que são monitorados periodicamente.

#### 4.1.h Envolvimento das partes interessadas

A Natura ainda não tem um plano de envolvimento das partes interessadas, pois a fábrica de Cajamar é relativamente isolada e não existem comunidades vizinhas em um raio de 0,5 km. Contudo, a Empresa estabeleceu um processo para receber queixas externas, as quais são examinadas pelo Departamento de Compliance. Esse sistema permite que as partes interessadas permaneçam anônimas, e as reclamações podem ser apresentadas por meio de canais para esse fim, por telefone ou pela Internet. Assim, a Natura elaborará um plano corporativo de envolvimento das partes interessadas e um plano de comunicação para fortalecer a comunicação com as comunidades vizinhas, sobretudo em situações de emergência.

#### 4.1.i Mecanismos de comunicação externa e de reclamações

Para levantar dúvidas e questionamentos ou relatar suspeitas de violações do Código de Conduta do Cliente ou das políticas internas, a Empresa conta com a Linha Ética da Natura &Co (“LEN”), um canal global e independente, disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, operado por uma empresa especializada. A LEN processa as queixas recebidas por meio do website ou por ligação gratuita no idioma do país em que foram geradas. O mecanismo assegura a acessibilidade de forma anônima ou identificada e garante total segurança e confidencialidade.

Todos os contatos são registrados, e as reclamações são investigadas com imparcialidade e confidencialidade pelo Setor de Ética e Compliance. Uma abordagem integrada com outras funções é adotada para que todos os assuntos sejam tratados por especialistas, coordenados de maneira uniforme e encaminhados devidamente. A Holding não tolera nenhuma forma de retaliação contra as pessoas que manifestam uma preocupação, levantam dúvidas ou denunciam suspeitas de violação do Código de Conduta ou das políticas internas.

Todas as reclamações são investigadas de acordo com o protocolo interno e os casos confirmados passam por deliberação no Comitê de Remediação. Os casos classificados como graves ou muito graves são encaminhados para discussão pelo Comitê de Ética da América Latina. Os indicadores do canal são informados trimestralmente ao Comitê de Ética, ao Comitê de Auditoria e aos comitês de liderança organizados pelas unidades de negócios.

#### 4.1.j Prestação de contas regular a comunidades afetadas

O Cliente elaborará um plano de envolvimento das partes interessadas e um plano de comunicação para fortalecer a comunicação com as comunidades vizinhas.

### 4.2 Condições de emprego e de trabalho

#### 4.2.a Condições de trabalho e gestão da relação com os trabalhadores

Em junho de 2024, a Natura empregava 4.500 trabalhadores na unidade de Cajamar, incluindo trabalhadores contratados como prestadores de serviço de áreas administrativas e industriais. A força de trabalho é composta de 53% de mulheres, 46% de homens e 1% não declarado. Os trabalhadores de produção<sup>7</sup> perfazem 23% do total dos empregados.

#### 4.2.a.i Políticas e procedimentos de recursos humanos

A política e procedimentos diversos de recursos humanos da Natura determinam as condições de trabalho e os procedimentos de saúde e segurança no trabalho e estão facilmente disponíveis para os trabalhadores. Estes últimos definem aspectos relacionados ao desenvolvimento de carreira, atração de talentos, recrutamento, capacitação, remuneração, reajuste salarial, benefícios, horas

---

<sup>7</sup> Trabalhadores que exercem suas funções fora do ambiente de escritório (canteiro de obras, linha de produção, condução de veículos, etc.).

extras e flexíveis, responsabilidade social e mecanismos para a apresentação de queixas, entre outros.

O conteúdo da política de recursos humanos é transmitido aos novos funcionários durante o processo de admissão. A Empresa mantém um Código de Conduta e um Código de Conduta de Fornecedores aplicados a todos os funcionários, prestadores de serviço e fornecedores. Esses documentos, divulgados no website da Natura,<sup>8</sup> definem os compromissos da Empresa com respeito ao cumprimento da regulamentação trabalhista brasileira; promovem uma cultura de não discriminação e tolerância zero do assédio e do uso do trabalho infantil ou forçado e contêm disposições para gerir conflitos de interesses de forma transparente e se envolver ativamente em iniciativas de serviço comunitário.

#### 4.2.a.ii Condições de trabalho e de emprego

O Cliente está empenhado em garantir padrões justos e equitativos de salários, benefícios e condições de saúde e segurança no trabalho. Promove um relacionamento positivo entre empregador e trabalhador e iniciativas para reter e motivar a força de trabalho. A duração do trabalho, os intervalos, as horas extras, as férias anuais e as licenças médicas, e a licença-maternidade obedecem às normas trabalhistas previstas na CLT<sup>9</sup> e aos acordos de negociação coletiva. A semana de trabalho padrão é de 40 horas, não excedendo 10 horas diárias (incluídas as horas extras). Os funcionários têm direito a 30 dias de férias anuais, pelo menos um dia de descanso semanal completo, intervalos obrigatórios de 1 hora para refeições e intervalos de 15 minutos durante o dia. A licença médica é permitida mediante avaliação médica e, no caso de ausências de até 15 dias por motivo de doença, os trabalhadores têm a cobertura federal do INSS.

#### 4.2.a.iii Organizações de trabalhadores

A Empresa não restringe a liberdade de associação dos trabalhadores, e sua administração os incentiva a estabelecer um comitê de trabalhadores para discutir aspectos trabalhistas de suas operações. Essa disposição está bem definida na política de recursos humanos da Natura e é comunicada a todos os trabalhadores durante as sessões de admissão.

#### 4.2.a.iv Não discriminação e igualdade de oportunidades

O trabalho forçado ou infantil, o assédio e a discriminação são tratados como crimes pela legislação brasileira. Portanto, o Código de Conduta da Natura proíbe o trabalho forçado ou infantil e todo tipo de assédio. Os trabalhadores são incentivados a denunciar qualquer situação de assédio, discriminação, violação da legislação e má conduta por meio do Canal de Ética da Empresa. O processo de contratação e promoção segue políticas bem estabelecidas baseadas no mérito e nas competências.

---

<sup>8</sup> <https://ri.naturaeco.com/a-natura-co/o-grupo/g-governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>.

<sup>9</sup> Brasil. Decreto nº 5.452/1943. Consolidação das Leis do Trabalho.

#### 4.2.a.v Redução de quadros

A aquisição da Avon Products pela Natura em 2020 levará ao fechamento da fábrica da Avon até o fim de 2025. Isso afetará 200 postos de trabalho, predominantemente ocupados por trabalhadores de produção. Imediatamente após a aquisição (em 2021), a Natura iniciou um plano abrangente de redução de quadros conhecido como “Projeto Trilhas”. Esse plano abrange várias medidas, como esforços de pré-comunicação, oficinas para facilitar a transição suave para novas oportunidades de emprego, o apoio a iniciativas empresariais, a assistência no planejamento da aposentadoria e serviços de apoio psicológico, entre outros. A Empresa também prevê novas demissões ao implementar uma estratégia de eficiência de custos. Assim, a Natura desenvolverá um plano de redução de quadros baseado: i) nas melhores práticas internacionais; ii) nos requisitos estabelecidos na legislação brasileira e iii) nos acordos firmados com os sindicatos dos trabalhadores.

#### 4.2.a.vi Mecanismo de reclamações

O sistema de apresentação de reclamações dos trabalhadores da Natura é coordenado pela equipe de Compliance e definido no Código de Conduta da Empresa e na sua Política Global de Denúncias. O sistema permite reclamações anônimas internas e externas e pode ser acessado por meio de uma linha direta e pelo website da Empresa.<sup>10</sup> É operado por uma empresa externa independente sob a gestão da equipe de compliance. Contudo, o número e os temas das queixas e reclamações apresentadas não são divulgados.

#### 4.2.b Proteção da força de trabalho

O Cliente segue a regulamentação brasileira, que estipula 18 anos como idade mínima para contratação. A Empresa declara seus pontos de vista e compromissos contra o trabalho forçado e infantil em seu Código de Conduta. Os prestadores de serviço e fornecedores devem obrigatoriamente seguir o Código de Conduta da Natura e o Código de Conduta de Fornecedores, além de respeitar as normas e práticas trabalhistas da Empresa.

#### 4.2.c Saúde e segurança no trabalho

A Empresa combina um protocolo de gestão de saúde e segurança no trabalho com um programa preventivo proativo que engloba treinamento abrangente, análise de riscos e relatórios de documentação de acidentes. A unidade de Cajamar é gerida de acordo com a norma ISO 45001 sobre saúde e segurança no trabalho e está coberta por uma análise preliminar de riscos para a higiene ocupacional, práticas seguras de manuseio de produtos químicos, uso adequado de equipamentos de proteção individual (“EPI”) e técnicas eficientes de gestão e descarte de resíduos.

Em 2023, a unidade de Cajamar manteve uma taxa de frequência de acidentes com afastamento de 0,30 acidentes por milhão de horas trabalhadas, ligeiramente acima de 0,22, o número do setor computado pela Administração de Segurança e Saúde Ocupacional dos Estados Unidos (OSHA) para lojas de cosméticos, produtos de beleza e perfumes em 2022. A Empresa conta com programas de

---

<sup>10</sup> 0800 892 0958 e [naturaeco@ethics.com](mailto:naturaeco@ethics.com), respectivamente.

saúde e segurança no trabalho em conformidade com a legislação brasileira (Portaria 3.214/1978)<sup>11</sup> e com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. Existem procedimentos para contextos ocupacionais, como trabalho em espaços confinados, execução de tarefas em altura, execução de trabalho a quente e manutenção de infraestrutura elétrica. A Empresa monitora a exposição dos trabalhadores a perigos no local de trabalho de acordo com seu programa obrigatório de prevenção de riscos no local de trabalho (“PPRA”).

#### 4.2.d Disposições para pessoas com deficiência

No Brasil, a Natura tem um grupo de afinidade, chamado Eficientes, para a inclusão de pessoas com deficiência (“PcD”). Esse grupo, formado por voluntários de todos os níveis da organização e com a participação da alta direção como patrocinadores, contribui para enriquecer a alfabetização, a conscientização, as ações de mobilização e a revisão da estratégia para incorporar desdobramentos que incluam as PcD. O Cliente estabeleceu um compromisso de incluir 6,2% de pessoas com deficiência na força de trabalho no Brasil, alcançado e superado em 2023. A porcentagem atual de PcD na força de trabalho é de 6,25%.

#### 4.2.e Trabalhadores contratados por terceiros

Os fornecedores de alto risco precisam cumprir os requisitos referentes às condições emprego e de trabalho da legislação brasileira (caso os bens ou serviços sejam produzidos no Brasil). A conformidade dos produtores de produtos agrofloretais e florestais não madeireiros na Amazônia é monitorada regularmente pela Natura, pelas cooperativas fornecedoras e pelo certificador externo (“IBD”).<sup>12</sup>

Até 2025, todos os fornecedores de alto risco serão certificados de forma independente com normas que abrangem proteções trabalhistas. Os demais fornecedores serão certificados até 2030.

#### 4.2.f Cadeia de suprimento

A Natura elaborou um Código de Conduta de Fornecedores que exige que cada fornecedor cumpra: i) os termos de contratação; ii) as diretrizes de sustentabilidade da Empresa e iii) os procedimentos de ética e integridade da Natura. Além de solicitar a conformidade e a concordância formal com seu Código de Conduta de Fornecedores, a Empresa faz a devida diligência e avalia regularmente o desempenho dos fornecedores de bens e serviços.

---

<sup>11</sup> Portaria MTB N.º 3.214/1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

<sup>12</sup> O IBD ([www.ibd.com.br](http://www.ibd.com.br)) é a entidade autorizada no Brasil a auditar e certificar a conformidade com a Union for Ethical BioTrade (UEBT).

### 4.3 Eficiência de recursos e prevenção da poluição

#### 4.3.a Eficiência de recursos

A unidade da Natura em Cajamar depende da rede elétrica local para suas operações e tem um consumo médio anual de 32.000 MWh (2023). Além disso, a Empresa utiliza diversas fontes de combustível, consumindo 115.000 quilos de gás liquefeito de petróleo (GLP), 95.000 litros de diesel e 2.795.000 litros de etanol por ano. O principal suprimento de água para os processos e serviços da Natura vem de águas subterrâneas, para as quais o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) autorizou a captação de 3.200 m<sup>3</sup> por dia.

##### 4.3.a.i Gases de efeito estufa

O inventário de emissões de GEE da Natura abrange os escopos 1, 2 e 3, de acordo com o Protocolo de GEE.<sup>13</sup> Uma entidade terceirizada independente audita regularmente esse inventário. Em 2023, as emissões do Escopo 1 atingiram 22.811 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente, as do Escopo 2,<sup>14</sup> 24.778 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente e as do Escopo 3, 905.881 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. Quando comparadas às emissões da linha de base do ano de 2020, as emissões dos Escopos 1 e 2 aumentaram 7,65%, mas as emissões do Escopo 3 diminuíram 37,52%. O Cliente continuará a implementar sua estratégia de descarbonização no intuito de cumprir a meta estabelecida de alcançar emissões líquidas zero até 2050 e reduzir as emissões absolutas em 42% até 2030.

##### 4.3.a.ii Consumo de água

Em 2023, o consumo de água atingiu 203.634 m<sup>3</sup>. A Natura implementou iniciativas de economia de água, como a coleta de água da chuva e a reutilização da água rejeitada do processo de osmose em sua unidade de Cajamar. Como parte de suas metas de eficiência de recursos, a Empresa prevê uma redução de 7% no uso de água em seus processos de fabricação até o fim de 2024.

#### 4.3.b Prevenção da poluição

A Natura tem um programa abrangente de emissões atmosféricas projetado para assegurar a conformidade com as normas regulamentadoras nacionais.<sup>15</sup> Esse programa contém metas de redução de emissões de GEE e de outros poluentes. O programa de monitoramento de emissões atmosféricas da Empresa mostra que as emissões de NO<sub>x</sub>, SO<sub>x</sub> e material particulado estão em conformidade com as diretrizes de meio ambiente, saúde e segurança no trabalho do Grupo Banco Mundial.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> <https://ghgprotocol.org/>.

<sup>14</sup> Emissões baseadas no mercado.

<sup>15</sup> Como a Resolução CONAMA nº 382/2006, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos por tipo de fontes fixas e poluente e os limites por tipo de combustível e finalidade de uso; e a Resolução CONAMA nº 436/2011, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 2 de janeiro de 2007.

<sup>16</sup> Grupo do Banco Mundial. *Environmental, Health and Safety General Guidelines*. 2007.

A Natura também emprega técnicas de produção mais limpas para minimizar as emissões durante os processos de fabricação e está participando dos programas de compensação de carbono para neutralizar sua pegada de carbono remanescente.

Com relação às emissões de ruído, o Cliente está em conformidade com as normas regulamentadoras nacionais de segurança no trabalho, mais especificamente com a NR-7<sup>17</sup> e a NR-15,<sup>18</sup> que definem protocolos para garantir a proteção dos trabalhadores. Como parte de seu sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho, a Natura implementou um programa de proteção auditiva e faz avaliações anuais de acordo com os termos e condições descritos nas licenças ambientais.

#### 4.3.b.i Resíduos

A Empresa tem um plano corporativo de gestão de resíduos sólidos (“PGRS”) e implementa práticas abrangentes de gestão de resíduos em suas operações. Os principais aspectos são: i) processos de produção eficientes para minimizar a geração de resíduos; ii) programas de reciclagem para assegurar que materiais como papel, plástico, vidro e metais sejam reciclados; iii) iniciativas de economia circular, promovendo a reutilização de materiais e incentivando a devolução de embalagens vazias de produtos para reciclagem ou recarga; iv) rastreamento da geração de resíduos, para identificar áreas de melhoria e medir o progresso, e (v) inovação em embalagens, com atenção para o uso de materiais sustentáveis, como plásticos reciclados ou biodegradáveis. A Empresa também cumpre as exigências nacionais e estaduais, como o manifesto de transporte de resíduos (“MTR”) e as disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos (“PNRS”).<sup>19</sup>

A Empresa opera uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR) em sua unidade de Cajamar e trata 100% dos efluentes gerados por seu processo de fabricação. A fábrica tem uma unidade de tratamento primário de efluentes, com efluentes pré-tratados direcionados para a estação de tratamento de águas residuais. Em 2023, o volume total de efluentes tratados foi de 193.000 m<sup>3</sup>. Os efluentes tratados são reutilizados no processo de osmose e, posteriormente, liberados nas águas superficiais. Todos os parâmetros medidos da ETAR estão em conformidade com as normas ambientais locais.<sup>20</sup> Embora os requisitos locais sejam menos rigorosos do que os padrões definidos pelo Grupo Banco Mundial nas suas diretrizes de saúde e segurança no trabalho, um relatório técnico elaborado por terceiros (janeiro de 2024) demonstrou que os níveis de sólidos suspensos totais, nitrogênio, fósforo, óleos e graxas, bactérias coliformes e pH estão dentro dos valores indicativos para o esgoto sanitário tratado previstos nessas diretrizes.

---

<sup>17</sup> Norma Regulamentadora nº 7 do Ministério do Trabalho, que determina a implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) nas empresas para prevenir doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

<sup>18</sup> Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho, que estabelece as atividades que devem ser consideradas insalubres, gerando direito ao adicional de insalubridade aos trabalhadores.

<sup>19</sup> Lei nº 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

<sup>20</sup> A Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes.

#### 4.3.b.ii Gestão de materiais perigosos

O Cliente lida com alguns materiais perigosos (diesel para geradores, etanol para caldeiras e diversos produtos químicos) durante todo o processo de produção. Para que sejam devidamente manuseados e armazenados, a gestão e o armazenamento desses materiais precisam obedecer aos procedimentos estabelecidos pela Empresa. Por exemplo, os materiais perigosos são armazenados em tanques cobertos por um sistema de combate a incêndio; todos os tanques têm uma bacia de contenção secundária (capaz de conter 110% do volume) e um sistema de recuperação em caso de vazamentos; eles devem passar por inspeção e manutenção por equipes qualificadas periodicamente; todos contam com uma matriz de identificação de riscos, sinalização de advertência, controle de acesso, kits de emergência e chuveiros; a área onde estão localizados é cercada, tem sinalização de segurança, instruções para o abastecimento de caminhões e treinamento para os trabalhadores e equipamentos de combate a incêndio; e todas as áreas devem ter o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e o respectivo laudo de vistoria. As áreas classificadas para o manuseio de materiais perigosos têm controle de acesso e atendem aos requisitos estaduais.<sup>21</sup>

Outros materiais perigosos são geridos por meio dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos e descartados de forma segura por empresas licenciadas de gestão de resíduos.

#### 4.4 Saúde, segurança e proteção da comunidade

##### 4.4.a Saúde e segurança da comunidade

A unidade de Cajamar está localizada na zona industrial da cidade de Cajamar e seu acesso se dá pela Rodovia Anhanguera. Nos lados norte e leste, a unidade é isolada por cobertura vegetal e áreas protegidas (por exemplo, reserva legal da propriedade) e não há comunidades nesses locais. Já no lado sul da unidade, comunidades de renda média-baixa estão separadas da planta por uma zona de proteção de 0,5 km. O PAE da Empresa incorpora procedimentos de contingência que integram protocolos de emergência. Em especial, iniciativas recentes estabeleceram sistemas coletivos de resposta a emergências envolvendo indústrias vizinhas. Esses sistemas envolvem a disseminação de informações, assistência e colaboração com as autoridades locais e comunidades vizinhas (ou seja, um Plano de Auxílio Mútuo – PAM). A Natura revisará e atualizará seu PAM de modo a: i) garantir que as comunidades vizinhas sejam comunicadas devidamente no caso de situações de emergência e ii) verificar se as medidas de controle são compatíveis com as Boas Práticas Internacionais do Setor (“BPIS”), incluídas as diretrizes de meio ambiente, saúde e segurança no trabalho do Grupo Banco Mundial.

##### 4.4.a.i Desenho e segurança da infraestrutura e equipamentos

A Empresa emprega uma frota terceirizada de caminhões para o transporte dos produtos da unidade de Cajamar para seu centro de distribuição e para o deslocamento de trabalhadores entre

---

<sup>21</sup> Decreto nº 63.911/2018 do estado de São Paulo, que institui o Regulamento de Segurança contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas, e Lei Complementar nº 1.257/2015 do estado de São Paulo, que institui o Código Estadual de Proteção contra Incêndios e Emergências e dá providências correlatas.

a região metropolitana de São Paulo e a unidade. A Natura confia nos cronogramas de manutenção das empresas contratadas para manter a frota e faz inspeções regulares nos veículos com respeito à saúde e segurança. Contudo, a Empresa carece de um sistema abrangente de gestão da segurança de tráfego e de trânsito para suas operações de logística que contenha medidas para avaliar e mitigar os riscos para a saúde e a segurança da comunidade ao longo das rotas de transporte, incluídas as questões de assédio e violência de gênero. Assim, o Cliente elaborará sua política e procedimento de segurança no trânsito de acordo com a ISO 39001 (gestão de tráfego e trânsito), e com as diretrizes gerais de saúde e segurança no trabalho e com as normas de boas práticas para a segurança no trânsito do Grupo Banco Mundial.<sup>22</sup>

A unidade de Cajamar conta com sistemas de supressão de incêndio e detêm certificações adequadas de segurança contra incêndios e proteção à vida, como o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). A Empresa tem um cronograma de simulações, brigadas de emergência e protocolos de vistoria e auditoria para rever e avaliar regularmente as condições dos equipamentos de resposta a emergências. A Natura faz vários exercícios de simulação a cada ano envolvendo todo o pessoal da fábrica. Estão estabelecidas brigadas de evacuação, busca e salvamento, primeiros socorros, combate a incêndios e comunicação. A Empresa tem um plano de auxílio mútuo para emergências com as indústrias vizinhas, que consiste em uma associação voluntária entre empresas e autoridades públicas para aumentar a segurança contra incidentes de incêndio. Dada a separação entre a unidade industrial e as comunidades vizinhas, é improvável que uma contingência as afete. Mesmo assim, será estabelecido um protocolo de comunicação adequado para alertar os moradores locais em caso de emergências importantes.

#### 4.4.a.ii Gestão de materiais perigosos e segurança

Os materiais perigosos são geridos como parte do PGRS. As comunidades vizinhas não estão expostas a esses resíduos.

#### 4.4.b Pessoal de segurança

A Empresa tem uma equipe interna desarmada que se encarrega das tarefas de segurança em todas as unidades. Essa equipe trabalha de acordo com as instruções para o pessoal de segurança, principalmente com respeito ao monitoramento da entrada nas instalações.

#### 4.5 Aquisição de terras e reassentamento involuntário

O Projeto não gerará reassentamento involuntário nem deslocamento econômico.

#### 4.6 Conservação da biodiversidade e habitats naturais

##### 4.6.a Aspectos gerais

O Projeto não interferirá em habitats naturais ou críticos. A fábrica de Cajamar, no estado de São Paulo, é uma instalação já existente e não há planos de expansão significativa da área ocupada.

---

<sup>22</sup> The World Bank. Good Practice Note: Environmental and Social Framework for IPF Operations. Road Safety. First Edition, 2019.

Essa unidade foi construída originalmente em um antigo habitat modificado e está em conformidade com as exigências de proteção do habitat natural previstas na legislação federal, estadual e municipal.

#### 4.6.b Gestão sustentável de recursos naturais vivos

A Natura compra produtos agrícolas comerciais, alguns dos quais podem ter origem em áreas de preocupação com a conversão de habitat (óleo de palma, papel, etanol e, em menor escala, soja e algodão). A meta da Empresa é ter 100% de suas cadeias de suprimentos rastreáveis e livres de desmatamento e conversão de vegetação nativa, com certificação de uma norma de produção confiável de origens de alto risco até 2025 e de todas as origens até 2030. O Código de Fornecedores da Natura também contém requisitos referentes a condições de trabalho, trabalho forçado, salários dignos e trabalho infantil, e suas políticas de compras abrangem uma lista de normas confiáveis para cada produto.

O fornecimento de óleo de palma no Brasil e em outras origens atualmente recebe a certificação da RSPO<sup>23</sup> de balanço de massa (98,5% em 2022 e 87,5% em 2023), mas a Empresa está deixando de usar certificações de balanço de massa e buscando a rastreabilidade e certificação de toda a cadeia de custódia. A Empresa também está apoiando o estabelecimento de sistemas agroflorestais de óleo de palma na região amazônica com composição diversificada de espécies nativas em vez da monocultura. O sistema pode ser usado para restaurar pastagens degradadas na região, estendendo-se por mais de 40.000 hectares até 2035. Esse sistema agroflorestal foi desenvolvido nos últimos 15 anos pela Natura em colaboração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a cooperativa agrícola de Tomé-Açu (“CAMTA”). O óleo de palma produzido nesse sistema agroflorestal será certificado pela RSPO e pela UEBT.<sup>24</sup>

A Natura também obtém volumes menores de ingredientes ativos derivados de produtos agroflorestais (cupuaçu, cacau), da coleta silvestre de produtos florestais não madeireiros (açai, pataú, andiroba, tucumã, castanha) e de produtos agrícolas cultivados em pequena escala (pataqueira, priprioca). A demanda por esses produtos gera valor para a conservação da floresta em pé e promove a restauração florestal em terras degradadas. Essa é uma estratégia bem estabelecida para a conservação da Amazônia. Ao todo, a Natura compra produtos vegetais derivados de 26 espécies nativas.

A Empresa compra de 51 comunidades, sobretudo no bioma amazônico no Brasil (Pará, Amapá, Amazonas, Acre, Roraima, Mato Grosso), três comunidades amazônicas na Colômbia, Equador e Peru e sete comunidades em outras partes do Brasil. Os produtores são organizações de base comunitária e cooperativas cujos membros colhem produtos em terras públicas e privadas. Em alguns casos, isso abrange a coleta em áreas protegidas de uso múltiplo nos níveis federal e estadual (categoria VI da IUCN)<sup>25</sup> estabelecidas com o intuito de permitir o manejo sustentável de produtos florestais como estratégia de apoio à conservação da floresta. Todos os produtos são

---

<sup>23</sup> Mesa Redonda para Óleo de Palma Sustentável (Roundtable on Sustainable Palm Oil).

<sup>24</sup> Union for Ethical Biotrade Standard. <https://uebt.org/>.

<sup>25</sup> União Internacional para a Conservação da Natureza.

rastreáveis e certificados pela Union for Ethical Biotrade Standard (UEBT), um membro em conformidade com o código da iSeal.<sup>26</sup>

O Princípio 1 da UEBT proíbe a conversão de ecossistemas intactos a partir de janeiro de 2014. A Natura monitora a conformidade com essa exigência usando um banco de dados SIG que mapeia os produtores que vendem para a cadeia de suprimentos. Isso abrange atualmente todos os membros de cooperativas, assim como a maioria dos outros que vendem para a cooperativa (ou para seus membros). A Natura espera registrar todos os vendedores no próximo ano. Esse mapa é sobreposto ao conjunto de dados de desmatamento do PRODES,<sup>27</sup> gerado pelo governo brasileiro. Todo desmatamento detectado dentro da área geográfica fornecedora de uma cooperativa é investigado pela Natura para verificar se ocorreu em terras das quais a Empresa está adquirindo produtos. Engloba tanto terras particulares de propriedade dos produtores, como outras terras onde eles possam coletar. No caso de infração, o produtor é impedido de vender para a Empresa.<sup>28</sup> Os produtores também precisam cumprir o Código Florestal Brasileiro,<sup>29</sup> que exige áreas de proteção permanente e reservas legais em propriedades privadas, bem como todas as demais leis pertinentes relacionadas à proteção de ecossistemas, biodiversidade e áreas protegidas.

O Princípio 3 da UEBT exige o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios derivados do uso da biodiversidade. Isso é conseguido por meio de acordos de repartição de benefícios com as comunidades e pagamentos ao Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios, em conformidade com a legislação local brasileira.<sup>30</sup> A Natura vem defendendo a harmonização das regras sobre a repartição de benefícios e o acesso à biodiversidade amazônica junto a governos e a sociedade civil em toda a América Latina, com destaque para a recente assinatura da Carta de Belém<sup>31</sup> pelas oito nações<sup>32</sup> que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O Princípio 6 da UEBT abrange critérios para a saúde e a segurança do trabalhador, bem como a proteção dos direitos das crianças, como o relacionado a verificar se a idade mínima para o emprego é de 15 anos (ou mais, conforme definido pela legislação nacional). Os jovens trabalhadores<sup>33</sup> (entre 15 e 18 anos) podem fazer trabalhos leves que não interfiram nos estudos nem na orientação e

---

<sup>26</sup> A ISEAL é uma organização internacional sem fins lucrativos que codifica as melhores práticas para a concepção e implementação de iniciativas de normas sociais e ambientais. A ISEAL Alliance é formada por organizações líderes no estabelecimento e credenciamento de normas sociais e ambientais, comprometidas com a conformidade com as Boas Práticas da ISEAL. <https://www.isealliance.org>.

<sup>27</sup> O projeto PRODES realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas.

<sup>28</sup> Em alguns casos, o descumprimento da norma da UEBT pode ser corrigida dentro de prazos fixos.

<sup>29</sup> Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

<sup>30</sup> Lei nº 13.123/2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, e Decreto nº 8.772/2016, que regulamenta a Lei nº 13.123 e também dispõe sobre os mesmos temas.

<sup>31</sup> A Carta de Belém foi elaborada na Cúpula da Amazônia, que reuniu chefes de Estado e representantes dos 8 países da OTCA. O documento propõe, entre outras coisas: i) a criação da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento; ii) o estabelecimento de um fundo público-privado para financiar maiores ambições de redução do desmatamento e da degradação no nível jurisdicional das florestas públicas; iii) a integração de ações, conhecimento e dados entre cientistas dos países; iv) a cooperação regional para combater o desmatamento e evitar que a Amazônia chegue ao ponto de não retorno e v) um plano de trabalho sobre bioeconomia.

<sup>32</sup> Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

<sup>33</sup> A UEBT define os jovens trabalhadores como trabalhadores entre 15 e 18 anos de idade, que fazem trabalhos não perigosos e adequados à idade, de acordo com as Convenções 138 e 182 da OIT.

formação profissional; o trabalho familiar<sup>34</sup> é aceito em algumas situações no caso de atividades agrícolas desde que sejam adotados critérios mínimos para proteger as crianças; as crianças abaixo da idade mínima de trabalho que acompanham os pais ao local de trabalho precisam estar seguras, protegidas e supervisionadas por um adulto.

O cumprimento da norma da UEBT é confirmado por meio de três mecanismos. Primeiro, os requisitos da norma são comunicados à cooperativa e verificados diretamente com os produtores registrados na Natura; segundo, a Natura verifica a conformidade das cooperativas e de uma amostra de produtores anualmente; e terceiro, as cooperativas e uma amostra de produtores são auditadas anualmente por um órgão independente, o IBD.

A equipe encarregada da gestão da cadeia de suprimentos da Natura para os produtos agroflorestais e florestais não madeireiros na Amazônia atua sob a direção do Gerente Sênior de Suprimentos, diretamente subordinado ao VP para as Américas. Essa pessoa conta com o apoio de uma equipe de 18 gerentes, coordenadores e analistas de suprimento. A equipe zela pela conformidade com os requisitos de certificação da UEBT e monitora as colheitas, mapeia os produtores familiares na cadeia de suprimentos, presta assistência técnica sobre métodos de produção, facilita parcerias com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, apoia centros de serviços técnicos no nível comunitário e oferece aulas e oficinas sobre segurança no trabalho (por exemplo, escalada e coleta em alturas). Além disso, a Natura celebra contratos não exclusivos de longo prazo com fornecedores agroflorestais e de produtos florestais não madeireiros para promover a justiça, a estabilidade e o reinvestimento.

#### 4.7 Povos indígenas

O Projeto não causará impactos negativos sobre povos indígenas.

#### 4.8 Patrimônio cultural

O Projeto não interferirá em nenhuma forma de patrimônio cultural.

### 5. Acesso local à documentação do projeto

A documentação relativa ao projeto pode ser acessada no seguinte link: <https://www.natura.com.br/>.

---

<sup>34</sup> A UEBT define o trabalho familiar para a produção rural como as atividades de cultivo ou coleta silvestre feitas por crianças para sustentar as pessoas da família que consistem em tarefas leves e adequadas à idade e que dão às crianças a oportunidade de desenvolver habilidades.